

REVISTA JURÍDICA DA UEMG

inova jur



V. 5, N. 1
2026

ISSN: 2965-6885

Universidade do Estado de Minas Gerais

Homenagem à cidade de Ubá/MG.



v. 5, n. 1
2026

ISSN: 2965-6885

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitora Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-reitor Thiago Torres Costa Pereira

Editores-chefes
Lígia Barros de Freitas
Vanessa de Castro Rosa
Vinicius Fernandes Ormelesi

Projeto Gráfico: Vanessa de Castro Rosa
Foto original: Bruno Alves
**Imagem de Ubá/MG transformada em
aquarela**

VOZES DA MILITÂNCIA LGBTI+ EM TAUBATÉ: das lutas cotidianas à construção de pautas

VOICES OF LGBTI+ ACTIVISM IN TAUBATÉ: from everyday struggles to agenda-building

Submissão: 04/03/2026
Aceite: 26/03/2026
Publicação: 16/04/2026

Rafael Nathan Humel Capucho

Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté. Pós-graduado em Direito Digital e Direito Homoafetivo e de Gênero pela Faculdade Iguaçu. Graduado em Direito pela UEMG e em Gastronomia pelo Centro Universitário Senac. Advogado. Contato: rafaelnhcapucho@outlook.com

Elisa Maria Andrade Brisola

Doutorado e Mestrado em Serviço Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba. Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar da Universidade de Taubaté e do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do UNIS-MG. Contato: elisabrisola@gmail.com.

Resumo: A presente pesquisa analisa as formas de atuação da militância LGBTI+ no município de Taubaté (SP) buscando reconhecer, a partir das narrativas dos militantes locais, as principais pautas e desafios enfrentados no território. Parte-se da identificação de um contexto brasileiro dicotômico, com o reconhecimento formal de direitos LGBTI+, contrastando com altos índices de violência enfrentados por essa comunidade. Questões que se intensificam em cidades interioranas. Adota-se, nesse sentido, a metodologia da História Oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis militantes, que sejam atuantes há, no mínimo, dois anos no movimento local, selecionados a partir de uma cadeia de indicações por amostragem, não probabilística, denominada “bola de neve”. Os resultados indicam, como principais desafios, um contexto político-institucional conservador presente no município, além da dificuldade de diálogo com o poder público, que se omite no debate e efetivação das pautas LGBTI+. Como principal pauta de reivindicação da militância local, destaca-se a Criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, único ponto unânime entre todos os narradores tendo em vista as diferentes percepções decorrentes das múltiplas identidades e vivências dentro e fora da militância LGBTI+. Outras pautas evidenciadas foram a defesa de direitos já conquistados, a criação de um ambulatório trans e, de maneira pontual, ações de acolhimento, educação e saúde mental. As narrativas também demonstram tensões entre o reconhecimento da institucionalização como objetivo principal da militância e outras estratégias e prioridades destacadas anteriormente como pautas pontuais.

Palavras-chave: LGBT; Militância; Taubaté.

Abstract: This research analyzes the forms of action of LGBTI+ activism in the municipality of Taubaté (SP), seeking to identify, based on the narratives of local activists, the main agendas and challenges faced in the territory. It starts from the recognition of a dichotomous Brazilian context, in which the formal recognition of LGBTI+ rights contrasts with the high levels of violence faced by this community—issues that become more intense in smaller, inland cities. Accordingly, the study adopts the Oral History methodology, with semi-structured interviews conducted with six activists who have been active in the local movement for at least two years, selected through a non-probabilistic snowball sampling process. The results indicate as main challenges a conservative political-institutional context present in the municipality, as well as difficulties in dialogue with public authorities, who often avoid debate and the effective implementation of LGBTI+ agendas. The main demand highlighted by local activism is the creation of a Municipal Council on Sexual and Gender Diversity, the only unanimous point among all narrators, considering the different perceptions arising from multiple identities and experiences within and beyond LGBTI+ activism. Other agendas identified include the defense of already established rights, the creation of a trans-specific outpatient clinic, and, more occasionally, initiatives related to support services, education, and mental health. The narratives also reveal tensions between the recognition of institutionalization as a primary goal of activism and other strategies and priorities previously highlighted as specific agendas.

Keywords: LGBT; Activism; Taubaté.

Introdução

A sigla LGBTI+ é utilizada para designar, Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Transgênero, Intersexuais e o sinal de “+” que engloba outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero que possam ser reconhecidas para além das estruturas heterocisnormativas e binárias. As mais diversas siglas que representam ou já representaram essa comunidade são fruto de processos sócio-históricos de negociações sobre o regime de visibilidade de seus integrantes (Quinalha, 2022).

O Brasil figura como um dos países mais avançados no reconhecimento de direitos

relacionados a pessoas LGBTI+ no mundo. Essa afirmação é viabilizada a partir da atuação dos movimentos sociais em especial do que se denomina o movimento LGBTI+ brasileiro e de uma atuação contramajoritária dos Tribunais Superiores, tendo em vista uma inércia legislativa sobre o tema no que tange à atuação do Congresso Nacional composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Contudo, apesar da afirmação do reconhecimento formal de direitos LGBTI+, o país ainda convive com um cenário contraditório de altos índices de violência contra pessoas LGBTI+. Apenas no ano de 2022 ocorreram 273 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes, 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas (Antra, 2024). Já em relação às pessoas transgênero os dados alusivos ao ano de 2025, demonstram uma redução de 34% referente ao número de assassinatos de pessoas transgênero em relação ao ano anterior, contudo verifica-se um cenário preocupante com o aumento de tentativas de assassinato e ausência de políticas públicas efetivas de combate a essa violência segundo a ANTRA (Benevides, 2026).

Dados que estão disponíveis unicamente através do trabalho de organização sociais e privadas, que empreendem o hercúleo trabalho de realizar mapeamentos complexos através de outras metodologias que não necessitem apenas de dados oficiais. Tendo em vista que órgãos como o IBGE não realizam censo relacionado a pessoas LGBTI+ no Brasil e Ministério da Saúde não possui dados completos sobre essa população em específico (Antra, 2022).

Esse cenário dicotômico entre reconhecimento e garantia de direitos da comunidade LGBTI+ torna-se mais evidente à medida que se distancia das grandes capitais. Tal dinâmica relaciona-se ao processo de migração de pessoas LGBTI+ para centros urbanos que, desde a emergência do capitalismo, romperam com o modo de produção familiar e possibilitaram novos espaços de vivência do desejo, favorecidos pelo anonimato das relações urbanas (D’Emilio; Day, 1988). Embora os autores situem esse processo na gênese do capitalismo, observa-se que essa lógica migratória e a busca por espaços de maior anonimato e sociabilidade LGBTI+ permanecem presentes na contemporaneidade.

Nesse sentido, considerando a existência de normativas norteadoras para a

efetivação de direitos LGBTI+ no Brasil no âmbito Federal, e considerando Taubaté uma cidade interiorana do Estado de São Paulo. Objetiva-se reconhecer através da narrativa dos militantes locais quais os principais desafios da militância no contexto municipal e em torno de quais pautas se organiza e se mobiliza para a efetivação dos direitos LGBTI+ na cidade.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se de maneira pormenorizada a metodologia, em seção específica. Em seguida, realiza-se a caracterização do contexto local de realização do estudo, com recorte histórico, dados demográficos e breve contextualização político-social da região. Na sequência, desenvolve-se a apresentação e discussão dos resultados, iniciando-se pelo perfil dos entrevistados e pelos marcadores sociais relevantes. Por fim, analisam-se os principais desafios enfrentados pela militância no município e as pautas prioritárias reivindicadas pela militância LGBTI+ local de Taubaté. O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento.

Para a realização da pesquisa adotou-se a metodologia da História Oral proposta por Portelli (2010), tendo em vista a diferente dinâmica apresentada pelos movimentos sociais, que por inúmeras vezes não são organizações formalmente constituídas, não produzem documentos formais ou publicados e não possuem membros oficiais, mas representam uma aglutinação de pessoas que lutam por um objetivo comum, fato que dificulta a presença de registros históricos formais.

Dessa forma, a metodologia da História Oral fornece possibilidades e parâmetros para execução das entrevistas e análise da narrativa apresentada pelos militantes ou pelo grupo social. De maneira semelhante assevera-se que ela vem cumprindo um papel importante nas metodologias voltadas as ciências sociais à medida que:

como metodologia de investigação social, ou como área de conhecimento, e/ou como instrumento de luta política, ela tem gerado trabalhos ricos e variados, visibilizando sujeitos e lugares ocultos e silenciados por esses processos, trazendo novas questões para o debate (Portelli, 2010. p. 7).

Assevera-se, potencialmente, a aptidão que a História Oral tem na apresentação de novas narrativas, como de sujeitos invisibilizados, fato que se coaduna com a

construção da história do movimento LGBTI+, cuja história descrita por Quinalha (2022), como acervo negativo, que precisa ser construída a partir das lacunas.

Delimitou-se como participantes da pesquisa seis integrantes do movimento LGBTI+ de Taubaté que estejam atuantes há, no mínimo, dois anos, podendo pertencer a associações com atuação já reconhecida na cidade entre outros.

A escolha de seis participantes para a entrevista baseia-se na afirmação dos próprios entrevistados que o movimento social em questão possui um número reduzido de integrantes, especialmente aqueles com maior tempo de atuação; expresso de maneira literal nas falas dos narradores nº 1 e 2, que informaram, respectivamente, que nos momentos de maior mobilização as reuniões chegaram a contar com aproximadamente 40 participantes, contudo reiteram a dificuldade de mobilização e continuidade dos participantes, não superando um quórum organizativo de 20 pessoas atualmente.

Como a atuação dos militantes é difundida em diversos espaços, optou-se pela utilização da amostragem em bola de neve, também conhecida como *snowball*, um método de amostragem não probabilística que se baseia em cadeias de indicação. Este método é especialmente útil para pesquisas que envolvem grupos difíceis de serem alcançados (Bockorni; Gomes, 2021).

Como instrumento de pesquisa utilizou-se entrevista guiada por roteiro com perguntas abertas, nas quais os narradores podiam responder livremente acerca dos eixos temáticos principais: I- Pautas do movimento LGBTI+; II- percepções sobre a criação e efetivação de políticas públicas LGBTI+ na cidade de Taubaté; III- desafios ao movimento LGBTI+ na cidade de Taubaté.

Todo o processo foi aprovado e acompanhado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, número do parecer: 7.302.632, garantindo o anonimato dos participantes.

1 Caracterização do contexto local

Para o reconhecimento dos desafios enfrentados pela comunidade LGBTI+ de Taubaté, e expressos pelos militantes que dialogaram para a construção desta pesquisa é necessária, inicialmente, uma apresentação do território em foco.

Atualmente Taubaté é uma cidade inserida no que se entende por Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a região compreende um complexo de 39 municípios que se dividem em 5 sub-regiões. Instituída pela Lei Complementar nº 1.166, de 09 de janeiro de 2012. A localização estratégica entre as duas Regiões Metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro, foi um fator decisivo para a industrialização da região localizada entre os maiores centros produtores e consumidores do país, com facilidade de comunicação e transporte através da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra que corta a maioria dos municípios da região (Governo do Estado de São Paulo, 2026). Dentre os quais as cidades de Jacareí, São José dos Campos e Pindamonhangaba se destacam como polos industriais e tecnológicos (Bargos; Pereira, 2024).

De acordo com os dados do IBGE, Taubaté registrou no último censo no ano de 2022 uma população de 310.739 pessoas, possui como população estimada em 2025 o número de 322.397 pessoas. Já em relação ao trabalho e rendimento o município apresenta como salário médio mensal dos trabalhadores formais 2,9 salários-mínimos segundo dados de 2023, faixa de rendimento formal acima da grande maioria dos municípios brasileiros, ao ocupar a posição de 193 entre 5571 municípios. E a colocação de 68 entre 645 municípios do estado de São Paulo. E a 2ª posição dentre 10 municípios que compõem a subregião 2 da RMVPLN (IBGE, 2026a).

No que tange aos dados específicos sobre como a população LGBTI+ está inserida nos contextos populacionais e econômicos locais descritos acima, existe um apagamento dos dados estatísticos oficiais o que dificulta criação e execução de políticas públicas destinadas a essa comunidade. Em contraste a essa ausência de dados; pesquisa amostral realizada por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) e publicada em 2022 sobre o número de brasileiros adultos que se reconhecem como Assexuais; Lésbicas; Gays; Bissexuais e Travestis (ALGBT), chega a 12%

ou cerca de 19 milhões de pessoas levando-se em conta os dados populacionais do IBGE (Spizzirri; Eufrásio; Abdo e Lima, 2022).

Apesar de algumas estimativas levantadas por entidades e pesquisadores é inviável estimar a população LGBTI+ nas cidades a partir de estimativas gerais, tendo em vista que existem fluxos migratórios específicos a depender de características como acolhimento, violência e acesso a políticas públicas e questões materiais enfrentadas pela comunidade LGBTI+ em contextos regionais específicos.

2 Perfil dos entrevistados

Quadro nº1- Perfil dos entrevistados

Narrador	Idade	Reconhece racialmente	Escolaridade	Identidade LGBTI+
Nº1	34	Branca	Pós- graduação	Homem Cis gay
Nº2	32	Branca	Pós- graduação	Mulher Cis Lésbica
Nº3	63	Branca	Pós- graduação	Aliada, mulher cis heterossexual
Nº4	46	Brasileira*	Ensino fundamental	Trans, Travesti
Nº5	57	Negra	Ensino médio completo	Aliada, mulher cis heterossexual
Nº6	33	Branca	Pós- graduação	Queer/ Pansexual

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Optou-se por eleger marcadores sociais que potencialmente influíssem na forma como os narradores vivenciam e se mobilizam como militantes LGBTI+. Nesse esteio, foi identificada, inicialmente, uma variabilidade de faixa etária do grupo de militantes LGBTI+ de Taubaté, com idade inicial a partir dos 32 até os 63 anos. Contudo, destaca-se que as duas pessoas mais velhas se reconhecem como mulheres cis e aliadas da comunidade LGBTI+. Nesse sentido sugere-se que a variabilidade etária do movimento

CAPUCHO, Rafael Nathan Humel; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Vozes da militância LGBTI+ em Taubaté: das lutas cotidianas à construção de pautas. **Revista Inova Jur**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. C1-C18, jan./jun. 2026.

LGBTI+ em Taubaté se concentra em uma faixa de jovens adultos, com uma expressividade mais baixa de integrantes em uma faixa etária do início da vida adulta, como pessoas entre 18 e 25 anos.

Quanto à identificação racial o grupo é composto majoritariamente por pessoas que se reconhecem como brancas. Uma das entrevistadas que se reconhece como brasileira*, afirmando:

Brasil é um país que é uma mistura de raças. Então, a gente não tem raças definidas. A gente tem um pouco do negro, do índio, do caboclo, do verde, do amarelo, do azul. Porque se a gente for colocar uma definição. Ah, se é branco. Branco é alemão. São os europeus. A gente não. A gente é uma mistura de todas as etnias. Então, eu me identifico como uma pessoa brasileira. (narradora nº4).

Esse trecho está em consonância com uma questão já debatida dentro da literatura de raça no Brasil, que seria a dificuldade de as pessoas se identificarem racialmente. Principalmente devido a um vasto empreendimento político de construção de uma identidade nacional miscigenada como instrumento conciliador. Dessa forma, observa-se que a narrativa em destaque, estabelece correlações ao mito da democracia racial, ainda marcado no imaginário brasileiro na atualidade. Nesse sentido, essa concepção pode naturalizar opressões e hierarquias raciais ao mesmo passo que invisibiliza o racismo estrutural (Schwarcz, 2012).

A maior parte dos militantes tem acesso à educação formal, com a maioria concluindo o grau da pós-graduação, indicando uma alta taxa de escolaridade dentre seus integrantes.

Quanto ao autorreconhecimento das identidades LGBTI+, não foi um empreendimento da pesquisa que houvesse um representante de cada sigla da comunidade, contudo ainda é possível identificar certa pluralidade de identidades dentre os indivíduos entrevistados. Nesse sentido, apesar de quantitativamente a presença de pessoas transgênero estar presente dentro do grupo de entrevistados é possível reconhecer no conjunto de narrativas uma dificuldade de acesso dessa identidade em específico à militância. Justificada por diversos entrevistados, como uma identidade em

especial estado de vulnerabilização e violência cotidiana no contexto local, que não oferece adequadamente as políticas públicas específicas demandadas por essa identidade.

3 Lutas cotidianas

O seguinte tópico se refere-se aos principais pontos abordados pelos narradores durante as entrevistas quando questionados sobre quais são os principais desafios encontrados no contexto municipal de Taubaté.

De forma geral, todos os entrevistados descrevem o município como um local conservador, o que se reflete no ambiente político-institucional, em geral expressivo na Câmara de Vereadores o que se destaca nas falas dos narradores nº 2, 3 e 6 :

E a gente pede por esse conselho desde então, há quatro anos. Se fosse negado, era melhor, a gente consegue discutir. Mas, ele é ignorado há quatro anos. (narrador nº 2).

[...]não é muito fácil, Taubaté não é fácil, não é fácil da gente conseguir entrar, mesmo no contexto universitário, é uma loucura. É difícil nas escolas, aqui na escola a gente não conseguiu[...]. (narradora nº3).

Então, nem moção de aplauso a gente consegue aprovar. É muito complicado mesmo. A gente tem uma Câmara muito conservadora aqui na cidade. (narrador nº 6).

Os trechos das entrevistas destacados referem-se, respectivamente:

A) Não aprovação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero no município de Taubaté, tendo em vista que nunca foi pautado pela autoridade do executivo municipal a qual foi requerido no ano de 2022, quando foi proposto pelo grupo de militantes. Configura-se como uma forma de impedimento do acesso a uma ferramenta de participação política e um espaço privilegiado de debates sobre políticas públicas destinadas a essa comunidade.

B) Refere-se à dificuldade do movimento em dialogar com espaços institucionais no município, sejam eles universidades ou escolas. Tal movimento que está diretamente ligado ao panorama nacional de fortalecimento de uma retórica conservadora, que mobiliza temas como direitos sexuais, entre eles a educação em sexualidade e direitos

reprodutivos de maneira difamatória, permeados por *Fake-News* e pânico moral, especialmente reacendidos nos períodos de disputas eleitorais (Facchini; Lins França, 2020).

C-) Situação ligada ao espaço político institucional da Câmara de Vereadores do Município, que nos anos entre 2002 e 2024 não aprovou sequer uma moção de aplauso vinculada à atuação de pessoas em prol da causa LGBTI+, e não pautou sequer um Projeto de Lei para a ampliação ou efetivação de direitos a essa comunidade. Pautando de maneira inflamatória Projeto de Lei 194/2021 da Câmara Municipal de Taubaté que proíbe o uso da “linguagem neutra” em escolas da cidade, tema já considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As situações narradas pelos entrevistados relatam um conjunto de ações e omissões praticadas através da ausência do Estado na formulação e implementação de políticas públicas para essa comunidade, apresentando-se como uma verdadeira necropolítica a partir da manutenção de condições de vida precárias, exclusão social e violências que fomentam condições de risco para grupos específicos de uma sociedade (Mbembe, 2003).

Nesse sentido, verifica-se que a discriminação por orientação sexual e de gênero perpassa as mais variadas esferas da vida social, como verdadeiros sistemas de dominação estabelecendo relações assimétricas de poder, relacionadas ao que se pode entender como manifestações de dissidência do sistema sexo-gênero. Tais discriminações reproduzidas também no ambiente público, impedem a efetivação de direitos e de uma cidadania sexual (Moreira, 2020).

4 Construção de pautas

O presente tópico tem como objetivo evidenciar as principais pautas mobilizadas pela militância LGBTI+ no município de Taubaté. Contudo, entende-se que a comunidade LGBTI+ é composta por uma gama de identidades relacionadas a orientação sexual, identidade de gênero e questões biológicas, e que essas identidades são constituídas a partir de processos sócio-históricos distintos em relação à territorialidade e até mesmo

em seus lapsos temporais, com disputas narrativas presentes dentro do próprio movimento LGBTI+. O que gera uma multiplicidade de pautas e uma diferença valorativa atribuída por cada narrador a determinada pauta.

Contudo, tratando-se de um movimento social, e que nesse sentido possui a necessidade de pautas unificadas para a construção de uma retórica de reivindicação destacou-se: I- Criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero; II – Defesa de direitos; III- Aparelhos de Saúde em específico a criação de um ambulatório Trans¹ ;IV- Acolhimento; V- Educação e VI- Políticas Públicas de Saúde Mental.

O único ponto unânime entre todas as narrativas foi a criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, mesmo que ele não representasse para o narrador em específico uma prioridade a ser conquistada dentro do movimento, contudo o conselho figura na memória dos narradores como um ponto de convergência histórico para a aglutinação de iniciativas do movimento LGBTI+ no município como pode ser vislumbrado de maneira sintética a partir da narrativa do narrador nº 6 :

Uma demanda do grupo, que eu vejo, que a gente tem desde o primeiro encontro, é a criação de um conselho municipal para políticas públicas para a diversidade sexual de gênero. Então, essa é uma demanda que, no grupo, a gente tem em comum. Uma demanda que a gente tenta articular desde o primeiro. Encontrou muita barreira, muita barreira municipal. A princípio, parecia que ia ter algum apoio, e sempre vem um vereador que traz a notícia à tona, a população se posiciona contra o prefeito volta atrás. Isso aconteceu, e é comum isso acontecer com as pautas LGBT. E foi o que aconteceu também. (narrador nº6)

Nesse sentido, a criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero tem sido uma demanda histórica no município tendo em vista que, a partir dessa pauta, houve uma aglutinação de pessoas em prol da sua efetivação. Iniciou-se um processo de construção do Fórum LGBTI+ no município, um evento anual marcado pela discussão e proposição de políticas para a população LGBTI+, como complementa o narrador nº 1:

¹ No sentido atribuído pelos narradores, o ambulatório Trans representa: um serviço especializado, geralmente no âmbito do SUS, focado no atendimento multidisciplinar, humanizado e integral de travestis, transexuais e pessoas não binárias. Possuindo como principais procedimentos oferecidos pelo ambulatório o acolhimento; avaliação médica, endocrinológica, proctológica, fonoaudiológica e de Saúde Mental.

O Conselho de Diversidade Sexual, que na época a gente pensava em ser o Conselho de Direitos das Pessoas LGBT's, o Conselho das Mulheres, o Conselho da Juventude e o Conselho da Igualdade Racial. [...]. E nenhum dos quatro foram aprovados até hoje, porque quem tem que mandar o projeto de lei é o prefeito e passar pela Câmara. Os próprios criadores não podem fazer a indicação. Então, a nossa primeira pauta, o fórum surgiu para criar o Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero. Então, a gente se sentou, decidimos o que a gente ia fazer, e a primeira pauta principal era instituir o Conselho. [...] E aí, a gente decidiu que ia criar uma minuta, que é como se fosse um esboço de um projeto de lei para mandar para o prefeito e para o prefeito poder mandar para a Câmara. E foi muito legal, foi muito democrático. A gente fez várias reuniões. A gente criou uma comissão legislativa dentro desse grupo. Na época, tinha 30, 40 pessoas nas reuniões. [...] Então, a gente refez toda a lei, lemos a lei nas reuniões e aprovamos essa lei. E aí, o fórum foi uma forma de pressionar a prefeitura para que mandasse para a Câmara o projeto de lei. Então, a gente fez o primeiro fórum em maio de 2021. [...] E logo em seguida, a vereadora Talita Cadeirante conseguiu passar uma audiência pública na Câmara. Então, no final do mês, a gente fez uma audiência na Câmara. Então, o fórum serviu primeiro para essa luta do Conselho (narrador nº1)(cortes realizados pelo autor).

Nesse sentido, apesar de um evento pontual, o Fórum tem ganhado notoriedade ao construir pontes com a comunidade tanto no ambiente político, sempre contando com a presença de nomes representativos da política institucional em nível, municipal, estadual e federal. Tanto em relação a construção de um espaço de trocas/acolhimento, durante a realização do evento.

Ainda assim, existem críticas dentro da construção do próprio movimento. Afirmando que essa movimentação por ter um caráter pontual não consegue realizar uma movimentação mais duradoura, e nesse sentido o narrador entende que o foco principal deveria ser para além da efetivação do Conselho de maneira formal, as estratégias de acolhimento. Contudo representa uma parcela minoritária dentre os entrevistados.

Ademais, a retórica de II- de defesa de direitos conquistados é presente na maioria das narrativas como por exemplo:

Fazendo um panorama histórico, o movimento LGBT, especificamente, a partir do primeiro governo Lula, de 2002, tem uma série de conquistas de direitos. Então, foi um ano de ofensiva em que a gente conseguiu vários direitos. Então, veio o direito ao casamento homoafetivo, a gente tem uma lei que fala sobre a saúde da população LGBT e foram vindas outras leis. A

partir de 2016, com o Trump nos Estados Unidos e com o Bolsonaro no Brasil em 2018, eu acho que a gente muda muito a característica da luta LGBT e isso se reflete aqui, que, para mim, que é a defesa dos direitos, dos direitos que já foram conquistados e dos direitos que a gente sabe que a gente precisa que sejam garantidos. Então, por isso que o fórum começou com essa luta por instituir um conselho, porque a cidade é extremamente retrógrada e isso se reflete na Câmara Municipal. Já tentaram passar diversas leis, uma lei proibindo o uso do banheiro por pessoas transvestigêneras, depois eles tentaram passar um outro negócio lá que eu não lembro, mas tem uma ofensiva muito grande contra a população LGBT. Então, a gente o tempo todo tentando resistir mesmo. O tema do primeiro fórum também diz muito, que é o vale e resiste. Então, é nesse sentido de resistir garantindo os nossos direitos (narrador n°1).

Em geral, os narradores vinculam um temor a perda de direitos a partir da eleição do ex-presidente Bolsonaro no Brasil e a eleição do presidente Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA). No Brasil Bolsonaro mobilizou o debate sobre políticas públicas destinadas a grupos sociais minorizados de maneira nociva: como por exemplo casos emblemáticos como *Fake News* sobre a distribuição do que o então candidato denominava como “kit gay”, mobilizando de maneira pejorativa importantes assuntos como a temática da sexualidade infantil e a necessidade de educação sexual nas escolas (Ramalho, 2018).

Após eleito, Bolsonaro, então presidente tem outras ações, como: delegar a gestão do ministério dos Direitos Humanos à Damares Alves, pastora e advogada, que havia ganhado notoriedade pela sua oposição às pautas LGBTI+. Além da reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, diminuindo a participação da sociedade civil, fragilizando consequentemente, a capacidade de verificação das ações governamentais, e a exclusão de ações orçamentárias exclusivas a políticas públicas LGBTI+ (Pereira, 2022).

O conjunto de discursos considerados de ódio, mobilizações políticas na tentativa de restringir direitos e omissões que em geral impediam a ampliação de direitos à comunidade LGBTI+. São compreendidas dentro de uma lógica de reemergência da Direita no Brasil e no mundo, que combinava um discurso ultraliberal muito voltado a questão econômica e um conservadorismo moral. No qual Bolsonaro foi uma figura

central como chefe do executivo, mas representa um movimento maior de ascensão de políticas conservadoras e de austeridade financeira no mundo (Gallego, 2018).

No âmbito nacional, o medo relato pelos militantes se refere principalmente à insegurança jurídica gerada por esses discursos, tendo em vista que a maior parte dos direitos LGBTI+ conquistados nas últimas duas décadas foram através de decisões jurisprudenciais, tendo em vista a omissão do legislativo nacional. Nesse sentido existe entre os militantes um receio do que foi denominado como *Backlash*. A reação a uma decisão controversa dentro de uma corte constitucional, o que gera movimentação social contrária ao decidido pela temática (Zagurski, 2017).

Nesse sentido uma reação desse movimento conservador até o momento denominado como bolsonarismo, que poderia acarretar um processo de retrocesso ou recuo de Direitos alcançados também através das cortes constitucionais (Quinalha, 2022).

Ademais frisa-se que outro ponto comum na fala dos militantes integrado como uma pauta relevante dentro do movimento foi a criação de um Ambulatório Trans, que foi levantado por 2 dos 6 narradores. Contudo o reconhecimento de que pessoas transgênero ocupam um especial espaço de vulnerabilidade dentro dessa comunidade foi uma retórica comum dentre todos os entrevistados, que citam em específico pesquisa sobre violências infringidas contra essas identidades.

Pautas como IV- Acolhimento; V- Educação e VI- Políticas Públicas de Saúde Mental, foram citadas de maneira pontual, algumas vezes em crítica a um enfoque formalista dado à pauta de institucionalização do Conselho de Diversidade Sexual e Gênero como principal objetivo da militância local.

Considerações finais

Tendo em vista que a presente pesquisa objetivou reconhecer e analisar a partir das narrativas dos militantes LGBTI+ do município de Taubaté, quais desafios e pautas estruturam a atuação da militância no contexto local, a partir da metodologia da História Oral.

Inicialmente, contrastam-se os dados obtidos a partir do perfil dos entrevistados,

que revelam uma militância com uma alta taxa de escolarização, chegando até a pós-graduação. Que a maior parcela dos militantes se concentra na idade adulta, porém com uma baixa aderência de jovens de 18 a 25 anos, com a presença majoritária de pessoas brancas. Esse conjunto de dados, somado às narrativas, assevera que esse recorte é representativo da militância local que reconhece a dificuldade de participação de algumas pessoas em situações de vulnerabilização, especialmente as econômicas. Quanto à presença de identidade LGBTI+ existe uma pluralidade de representações dentro do grupo de narradores; contudo, eles informam uma maior dificuldade de participação das pessoas transgênero, que são reconhecidas pela militância em um estado de vulnerabilização, sendo mais afetadas pela violência e exclusão cotidianamente.

Em relação aos principais desafios enfrentados pela militância no município de Taubaté, retrata-se a partir das narrativas um ambiente percebido como conservador, o que se reproduz nos ambientes políticos-institucionais de poder, sendo retratada, de maneira enfática, a Câmara Municipal. Ademais também são citados como espaços pouco permeáveis ao diálogo, escolas e universidades, muito vinculados a discursos difamatórios sobre educação em sexualidade, vastamente difundidos nos últimos anos, em especial durante as últimas disputas eleitorais. Nas quais políticos ligados à reemergência de uma direita ultraliberal e conservadora, tensionaram pautas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos de maneira difamatória e estereotipada.

Nesse sentido, os narradores ressaltam a completa invisibilização das pautas de efetivação e ampliação de direitos LGBTI+ nos espaços políticos-institucionais do município em questão, que as mobilizam apenas de maneira negativa e estereotipada, não sendo uma barreira apenas formal e normativa, mas simbólica.

Quanto às pautas reivindicadas pela militância local apesar da pluralidade de identidades e de uma valorização distintiva de prioridade quanto às pautas, observa-se um eixo de coesão que seria a criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero. Esse destaque também se deve pela construção de um percurso histórico de reivindicação que acabou por ser responsável por um movimento de aglutinação na militância local a partir do ano de 2021 e vislumbrado como uma possibilidade de garantia de participação em espaços políticos e de tomada de decisão no poder público

municipal.

Ao lado dessa demanda, destacam-se também a retórica da defesa de direitos já conquistados, e de um ambulatorio trans frisando novamente a visão da militância local da que pessoas transgênero ocupam um local de maior vulnerabilidade relacionado à violência e exclusão.

Dessa forma a pesquisa afirma a singularidade espacial como elemento constitutivo para a percepção de desafios e construção de pautas dentro das militâncias locais. Nesse sentido, Taubaté- SP demonstrou grande impacto ao movimento político conservador vivenciado nos últimos anos, destacando um conservadorismo moral de forma relevante dentro do ambiente político institucional do Poder Legislativo municipal.

Referências

ANTRA. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/09/nota-tecnica-antra-cotas-trans-2024.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

ANTRA. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021** / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/> Acesso em: 25 de abr. 2024.

BARGOS, Danúbia Caporusso; PEREIRA, Daniel Alves. Índice Municipal De Desenvolvimento Sustentável: Uma ferramenta multidimensional para avaliar a sustentabilidade municipal da Região Metropolitana Do Vale Do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 45, 2024. DOI: 10.12957/geouerj.2024.77379. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/77379>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BENEVIDES, Bruna G.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf> . Acesso em: 11 fev. 2026.

CAPUCHO, Rafael Nathan Humel; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Vozes da militância LGBTI+ em Taubaté: das lutas cotidianas à construção de pautas. **Revista Inova Jur**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. C1-C18, jan./jun. 2026.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. ISSN 1982-1115. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346> . Acesso em: 10 jun. 2024.

D'EMILIO, John; DAY, Meagan. **O capitalismo tornou a identidade gay possível. Agora precisamos destruí-lo**. Jacobina, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/01/o-capitalismo-tornou-a-identidade-gay-possivel-agora-precisamos-destrui-lo/>. Acesso em: 1 out. 2025.

FACCHINI, REGINA. ISADORA LINS FRANÇA, eds. “APRESENTAÇÃO.” In: **Direitos Em Disputa: LGBTI+, Poder e Diferença no Brasil Contemporâneo**, NED-New edition., 17–28. SciELO – Editora da Unicamp, 2020. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253726.4>. Acesso em: 24 maio 2024.

GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40. (Coleção Tinta Vermelha).

Governo do Estado de São Paulo. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <https://www.emtu.sp.gov.br/emtu/institucional/quem-somos/vale-do-paraiba-e-litoral-norte.fss>. Acesso em: 11 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taubaté (SP). Cidades e Estados: panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>. Acesso em: 11 fev. 2026.a

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taubaté (SP). Cidades e Estados: histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/historico> . Acesso em: 11 fev. 2026.b

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte**. São Paulo: N-1. Edições, 2003.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda**. Nexo Jornal, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/04/19/politicas-para-lgbti-no-governo-federal-ascensao-e-queda>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

CAPUCHO, Rafael Nathan Humel; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Vozes da militância LGBTI+ em Taubaté: das lutas cotidianas à construção de pautas. **Revista Inova Jur**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. C1-C18, jan./jun. 2026.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Autêntica, 2022.

RAMALHO, Renan. **TSE manda remover da internet vídeos de Bolsonaro com críticas a material contra homofobia**. G1, 16 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-o-kit-gay.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SPIZZIRRI, Giancarlo; EUFRÁSIO, Raí Álvares; ABDO, Carmita Helena Najjar; LIMA, Maria Cristina Pereira. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. **Scientific Reports**, v. 12, p. 11176, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-022-15103-y>. Acesso em: 30 set. 2025.

ZAGURSKI, Adriana Timoteo dos Santos. Backlash: uma reflexão sobre deliberação judicial em casos polêmicos. **Revista da AGU**, Brasília-DF, v. 16, n. 3, p. 87–108, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/caju/Efeito.Backlash.Jurisdicao.Constitucional_4.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

CAPUCHO, Rafael Nathan Humel; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Vozes da militância LGBTI+ em Taubaté: das lutas cotidianas à construção de pautas. **Revista Inova Jur**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. C1-C18, jan./jun. 2026.

Universidade do Estado de Minas Gerais



v. 5, n. 1
2026

editora



ISSN: 2965-6885